



MOVIMENTO ESTUDANTIL CATARINENSE NA DITADURA DE 1964 SANTA CATARINA'S STUDENT MOVEMENT UNDER THE 1964 DIC- TATORSHIP

Agatha Godoy de Quevedo*

Juan Lucca Bonacolsi**

Resumo: O presente trabalho realizou uma pesquisa sobre como manifestou-se a ditadura civil-militar no movimento estudantil catarinense, em especial na Universidade Federal de Santa Catarina e sobre os movimentos e organizações estudantis que resistiram e lutaram contra o regime autoritário em curso. Não obstante, uma conexão com a atualidade foi apresentada, evidenciando a importância de eventos históricos na construção do presente. Para realização do artigo, foram utilizadas referências bibliográficas, bem como entrevistas com um antigo membro do movimento estudantil na década de 70 e com um integrante atual. O trabalho se faz essencial aos dias de hoje por focar em um período do passado que foi obscurecido pelas violências e transgressões aos direitos humanos, mantendo vivo a memória daqueles que enfrentaram o regime e defenderam a ordem democrática.

Palavras-chave: Ditadura. Movimento Estudantil. Brasil.

Abstract: *This paper investigates how the civil-military dictatorship manifested itself in the student movement in Santa Catarina, especially at the Federal University of Santa Catarina, and the student movements and organizations that resisted and fought against the authoritarian regime. Nevertheless, a connection with the present was made, highlighting the importance of historical events in the construction of the present. The article used bibliographical references, as well as interviews with a former member of the student movement in the 1970s and a current member. The work is essential for today, as it focuses on a period in the past that has been obscured by all the violence and transgressions against human rights, keeping alive the memory of those who stood up to the regime and defended the democratic order.*

Keywords: Dictatorship. Student movement. Brazil.

*Graduanda da 1ª fase do curso de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui um artigo publicado chamado As relações estabelecidas entre moda e ditadura na Revista Maiêutica - História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5826374452510536>. E-mail: agathagodoyestudos@gmail.com.

**Graduando da 1ª fase de Licenciatura em Teatro pela FURB/Blumenau/SC. Participou por cinco anos do projeto Uni Duni Tê – Contadores de Histórias, e trabalhou como instrutor do Grupo Vocal Mescla durante três anos, ambos, na Escola de Artes VEM Cultural de Timbó/SC. Possui experiência de palco, bem como aulas, formações e oficinas realizadas em diversas áreas. É capacitado em nível B1 na língua inglesa pela Fisk Idiomas. Tem um artigo publicado chamado As relações estabelecidas entre moda e ditadura na Revista Maiêutica – História, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2190111069832924>. E-mail: juanlucca785@gmail.com.



1. INTRODUÇÃO

No ano de 1964, através de um golpe de estado, o Brasil conheceu um novo modelo de governo: uma ditadura civil-militar que resultou em uma transformação total na estrutura política, econômica e social do país e de seu povo. Tornando-se uma fonte de questões consideradas atuais, as duas décadas de governo autoritário dividiram ideologias e segregaram a população em diversos grupos que, por sua vez, foram responsáveis por dar início a movimentos sociais de peso, sendo em apoio, ou em recusa ao regime.

Entre esses movimentos, o estudantil se destaca, reunindo grande parcela da comunidade jovem brasileira que tinha oportunidade de cursar o ensino superior. Assim, o presente trabalho tem como principal objetivo compreender as lutas elencadas por tais mobilizações, delimitando-se ao estado de Santa Catarina e, principalmente, à sua Universidade Federal.

A fim de analisar os grupos estudantis catarinenses e a forma pela qual a voz do estudante pode ser impactante ao longo do tempo, de maneira a observar a herança deixada por estes movimentos, o projeto conta com pesquisas bibliográficas de artigos científicos, revistas, imagens e entrevistas. Tendo em vista que jovens ocupantes de posições em tais grupos sempre tiveram grande participação política, estando à frente dos maiores manifestos contra o autoritarismo da Ditadura nos seus diversos governos do passado, o trabalho se faz relevante ao enfatizar questões históricas e sociais, além de fazer uma análise que compara os impactos daquele momento na atualidade.

Por esta via, a dada pesquisa alberga uma contextualização acerca da ditadura civil-militar pós-64 em Santa Catarina, sua influência nos jovens, nas universidades do estado e ainda traz uma visualização da luta das mulheres em meio aos movimentos estudantis. Portanto, o texto dialoga com o passado ao passo de entender o presente cotidiano da juventude não apenas catarinense, como, em geral, da brasileira.

2. COMO SE REFLETIA A DITADURA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SANTA CATARINA

Durante os anos 1960 e 1970, enquanto inserido num contexto internacionalmente arriçado pela Guerra Fria protagonizada por Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), respectivamente representando modelos de governo e vieses econômicos distintos, no Brasil, eram difundidos os



ideais capitalistas das políticas de produção e consumo, ao mesmo passo que ideias contraculturais ganhavam força no mundo e se incidiam. Setores reacionários do país, que passariam por crises políticas nos últimos anos, cultivavam desconfianças ao até então recente governo de João Goulart (Jango), acusando-o de aliado aos ideais comunistas, contrariando os partidos conservadores e ficando suscetível ao golpe que sucedeu entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964.

Com a interrupção do governo de Jango, é instituída uma ditadura civil-militar, precedida por diversas manifestações, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (contra o Governo), além de protestos e comícios alegados serem de cunho comunista (pelos articuladores do Golpe). Tomado o poder pelos militares – com apoio de grandes massas populacionais que defendiam um Estado autoritário que prezasse pelo “bem da família tradicional” –, o Brasil gradualmente passou por mudanças completas em seu cerne. Com o misto de autoridade e força bruta, os ditadores caçavam, na tentativa de censurar de todas as formas aqueles que protestavam contra as ideologias naquele momento implementadas, baseadas na Doutrina da Segurança Nacional.

Não há dúvidas sobre as vivências, angústias, percalços e perplexidades do período sombrio das ditaduras militares vividas em toda a América Latina nas décadas de 1960 a 1980, que também tiveram sua versão no continente europeu, replicada em diversos modelos. Esses foram períodos duros que serviram para forjar o estado democrático de direito que se tem atualmente no Brasil (Soares *et al.*, 2020, p. 62).

Neste contexto, parafraseando Bruna Fernandes e Geovan Guimarães, atos tal como o Ato Institucional nº 5 foram instituídos com o objetivo de silenciar a todos que representassem algum tipo de ameaça para aqueles que se estabeleciam no poder, sendo reprimidas, juntamente da suspensão das eleições diretas em um ataque explícito à prática democrática, quaisquer manifestações sócio-políticas ou culturais que tangessem um olhar contrário aos dos governantes da época (Fernandes e Guimarães, 2021, p. 4).

A ditadura civil-militar, a fim de controlar a política, definiu somente dois partidos como permitidos, levando os demais à ilegalidade. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de “direita”, no qual os apoiadores do regime se organizavam. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de “esquerda”, concentrava a oposição, inclusive comunistas ou militantes de partidos proibidos que utilizavam o MDB como forma de participar da política, mesmo que de forma velada.



A mudança abrupta de governo também marcou o cenário catarinense. Na década de 60, Santa Catarina ainda estava desenvolvendo-se e não chegava perto de polos comerciais-industriais, como São Paulo, ou turísticos, como Rio de Janeiro, que, aliás, também foram os primeiros influenciados pelo novo regime. Economicamente, o estado passava por um momento de industrialização em massa e crescia comercialmente (Filho, 2007, pg. 12). A área da educação, por sua vez, atravessava um período de defasagem em seu sistema, sendo que, a partir de 64, tinha como objetivo principal a capacitação da sua população para o aumento da produção per capita, indo ao encontro aos planos de desenvolvimento econômico:

A educação pós 64, foi instituída pelos governantes como mecanismo que acentuava sua estratégia de modernização acelerada. Os discursos construídos davam sentido a esses interesses emergentes, de um capitalismo dependente-associado. Através de sucessivos programas educacionais de desenvolvimento, privilegiou-se a profissionalização, levando as escolas a ampliarem e dinamizarem suas ações para atingirem as metas planejadas de 'progresso' (Vedana, 1997, p. 40).

Entretanto, para entender o impacto da ditadura e suas consequências no estado de Santa Catarina, duas questões precisam ser levadas em conta: a obscuridade de informações sobre a época sendo estudada, o que dificulta a apuração de dados relevantes para o tema, e a amplitude dimensional do espaço geográfico, com suas diferentes "vocações", pois, enquanto o oeste catarinense sofria mudanças no setor agropecuário, o Vale do Itajaí, por sua vez, repercutia no setor industrial, enquanto o litoral, juntamente com a capital, tinham crescente evolução, majoritariamente, no âmbito estudantil e social. Sendo assim, se faz necessário a delimitação para o espaço onde os grandes embates aconteciam: o litoral catarinense, mais particularmente, Florianópolis.

Por esta via, durante a década de 1960, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), situada na capital, consolidou-se como um polo catarinense de política, debate e estudo, tendo em si diversos partidos e coligações sociais, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, desde 1947 estava posto em ilegalidade no país.

Neste contexto, a marca da Ditadura no litoral catarinense se deu principalmente pela caça, tortura e assassinato dos que se opunham ao regime. Tão grande foi a perseguição, que, em dezembro de 1975, uma das maiores operações contra a oposição à Ditadura foi colocada em prática: denominada Operação Barriga Verde (OBV), tinha como objetivo capturar pessoas que demonstrassem algum tipo de



relação com o clandestino PCB.

Ainda que o PCB permanecesse na clandestinidade, até então os militantes comunistas continuavam agindo dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e de instituições políticas, como sindicatos e movimento estudantil. Alguns, inclusive, eram figuras reconhecidas, como o jornalista Vladimir Herzog. Para combater a militância comunista, organizada e espalhada por todo o território nacional, a partir de 1973 o governo desencadeou dois tipos de operações militares: a Operação Radar, responsável pela destruição do comando central do PCB; e operações em menor escala, nos estados da federação onde o partido estivesse melhor organizado (Souza, 2016, p. 114).

Estendendo-se ao longo de boa parte do território catarinense, responsável pela prisão e violenta tortura de 42 indivíduos, entre eles estudantes, professores e intelectuais, a operação cumpriu seu papel de tirar esses militantes de circulação, implementando ar de terror nas ruas das cidades catarinenses, particularmente em Florianópolis. Novamente para Fernandes e Guimarães (2021, p. 19): “Havia um temor constante que povoava a todos que viessem a pensar na articulação ou na oposição ao regime”.

Em relação à operação Barriga Verde na UFSC, Léo Rosa de Andrade (2024), em entrevista concedida, revela que a ação foi uma agressão a estudantes, professores e a pessoas da sociedade catarinense, intimidando a universidade inteira. Foi solicitado a ele pela família de alguns dos aprisionados que fosse a Brasília interceder junto ao Ministro do Superior Tribunal Militar, na época, Rodrigo Octávio Jordão Ramos, relator do processo que envolvia os presos, e pedir para que fossem julgados. Não obstante, quando Léo foi novamente a Brasília, desta vez para solicitar que o reitor da época não fosse indicado pela ditadura, o Ministro da Educação, Nei Braga, respondeu que se soubesse do que se tratava não o teria escutado¹.

Na década de 1960, tanto a União Nacional dos Estudantes (UNE) como a União Catarinense dos Estudantes (UCE) participavam ativamente da política por meio de manifestações e greves, expressando apoio a João Goulart e à Constituição. Desta forma, o regime civil-militar, entendendo o papel essencial do jovem na política, mostrou interesse em regular as atividades praticadas por estes, e, com isso, acabar com os estudantes tidos como subversivos presentes nas instituições brasileiras.

No dia do golpe, a UCE teve sua sede invadida e documentos destruídos e a

¹Entrevista oral concedida por Léo Rosa de Andrade.



UNE presenciou sua sede sendo incendiada. Meses depois do golpe foi promulgada a Lei Suplicy de Lacerda (4.464/1964), que se referia aos órgãos de representação estudantil, pondo em ilegalidade a UNE e a substituindo pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), os Centros Acadêmicos, divididos por cursos, pelos Diretórios Acadêmicos, que abrigavam diversas graduações, e criaram o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Deflagrar greves ou manifestações políticas por estas instituições era proibido, assim, o movimento estudantil foi colocado sob tutela do regime ditatorial (Moretti, 1984, p. 88).

No que tange o meio acadêmico, a primeira faculdade catarinense foi a de Direito, criada em 1932 por José Arthur Boiteux, e futuramente seria agregada a seis outras faculdades para originar a Universidade Federal de Santa Catarina. Desde a sua criação até os dias atuais, a Universidade desempenha grande importância na formação política e profissional de seus estudantes.

No dia do golpe, vários estudantes da UFSC recolheram documentos que poderiam ser considerados subversivos e os esconderam para se protegerem das prisões que estavam ocorrendo. Em Florianópolis, uma livraria pertencente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que atuava como lugar de reuniões da esquerda foi invadida por apoiadores do regime, em uma ação liderada pelo então professor da UFSC, Nereu do Vale Pereira. Os invasores encontraram documentos contendo o nome de estudantes e professores filiados ao partido, que posteriormente seriam entregues aos militares.

Inicialmente, a UFSC, sob comando do reitor Ferreira Lima, que ocuparia o cargo até 1972, esteve alinhada ao golpe civil-militar, ao contrário de outras universidades que se mostraram críticas do período político (CMV, 2017, pg. 49). Assim, desponta na Universidade uma perseguição velada aos que se mostrassem contrários ao governo. As investigações começaram pelos professores, logo partindo para as lideranças estudantis. No ano de 1964, os três mais importantes líderes da UFSC eram oriundos de grupos da esquerda e todos perderam seus cargos com a instauração do regime:

O clima de desconfiança e expectativa se instalou na cúpula da universidade. Pelos corredores da reitoria tornaram-se frequentes as visitas de militares. Listas de alunos e servidores tidos como subversivos chegaram às mãos dos investigadores, enviadas pelos comandos militares (Vargas, 2016, p. 30).

Anteriormente, os DA eram divididos por cursos e cabia a eles representar as necessidades e interesses de seus membros. A nova legislação impôs, em seus



lugares, Centros Acadêmicos (CA), os quais eram constituídos pela mistura de vários cursos. Como mediador de todos, existia o Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A UFSC, como única universidade federal do estado, concentrava em si quase todo o movimento estudantil catarinense (Moretti, 1984, pg. 93). Em seu campus as diferenças entre esquerda e direita eram bem acentuadas: a direita era incorporada pelos estudantes que apoiavam e eram beneficiados pela ditadura, entre esses, haviam espíões do regime e outros que denunciavam por conta própria qualquer atividade considerada comunista.

Em 1968, com a morte do primeiro estudante pelo regime ditatorial, Edson Luís, assassinado pela Polícia Militar em um protesto referente à má qualidade das refeições oferecidas em um restaurante estudantil no Rio de Janeiro, os estudantes da UFSC, após se reunirem no DCE, resolveram entrar em greve geral por três dias. Suas reivindicações albergavam as perseguições estudantis pelos militares, já que representavam os seus principais alvos do regime (Dauer, 2016, p. 933).

Em relação às salas de aula em meio à Ditadura Militar, Léo Rosa de Andrade, estudante de direito de 1974–1978, destaca a existência da disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), que representava uma interpretação do Brasil, nas palavras dele, aproximada da interpretação dos ditadores da época. Ele conta o episódio em que um professor chamado Márcio Colaço chegou na sala de aula e disse que havia se demitido porque o conteúdo que ele ensinava de Direito Constitucional não correspondia ao que acontecia no Brasil. O Brasil era uma ditadura, e Colaço dava aula de Direito Constitucional, não havendo correspondência entre os fatos político-jurídicos nacionais e o que ele lecionava².

A esquerda ou esquerda tradicional, como era chamada por alguns estudantes, era constituída por estudantes empenhados no comunismo; suas muitas vertentes os separavam nos diversos partidos comunistas agindo na ilegalidade no Brasil. O maior deles era o PCB, primeiro grupo a se reorganizar na Universidade Federal de Santa Catarina. De acordo com a obra de Lédio Rosa de Andrade, estudante de direito na UFSC em plena ditadura, narrando esse período.

Nos anos de 1976 e 1979, ao adotar bandeiras em prol da redemocratização, da anistia, do fim do AI-5 e da convocação da Constituinte, os estudantes comunistas inseriram a questão democrática na ordem do dia das lutas estudan-

² Entrevista oral concedida por Léo Rosa de Andrade.



tis (2010, p. 25).

O PCB era responsável por diversas ações contra a Ditadura e visava unir toda a esquerda em uma única corrente em combate ao regime civil-militar. Entretanto, por causa das divergências de pensamentos em cada grupo, o PCB encontrou várias dificuldades para atingir seu objetivo. Muitos estudantes marxistas e membros não comunistas da esquerda se recusaram a se submeter às ordens do partido.

Outra corrente de esquerda com participação significativa no movimento estudantil foi a Ação Popular (AP), formada em 1962. No início da década de 60, o grupo fez uma parceria com o governo federal tendo como objetivo a capacitação e a melhoria na qualidade de vida de moradores rurais. Oriundo da esquerda católica, o AP defendia uma revolução socialista democrática.

Após o regime transformar a organização em ilegal e clandestina, eles sofreram uma radicalização de seu pensamento para a esquerda e se mantinham em constante movimento devido ao medo de serem apreendidos pelo regime. Apesar do AP ter sido criado em Salvador, na Bahia, seus militantes atuavam em diversas partes do território brasileiros, incluindo Santa Catarina, como pode-se observar:

Através das entrevistas podemos observar que houve atuação da Ação Popular em várias cidades catarinenses: Blumenau, Criciúma, Chapecó, Içara, Itajaí e Joinville. As atuações e campanhas empreendidas eram variadas: alfabetização de adultos (questão interessante, já que o principal veículo de idéias da AP era manifesto e o jornal 'Libertação'), formação de cooperativas e sindicatos, reabertura de centros acadêmicos fechados pela repressão, denúncia da ditadura, campanhas de voto nulo, contra o acordo MEC USAID, dentre outras (Schlatter Jr., 2012, p. 50).

Uma das principais armas dos grupos de esquerda catarinense contra a censura do regime civil-militar consistia na distribuição de jornais com conteúdos alternativos. No campus da UFSC, já na década de 1980, circulavam diversos jornais como: *O Trabalho*, pela Organização Socialista Internacionalista (OSI), cujos estudantes seguiam a linha trotskista; o *Jornal Versus*, distribuído pelos estudantes da Convergência Socialista, também ligada ao trotskismo; e o jornal *O Companheiro*, dos estudantes que compreendiam o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e a Democracia Socialista (DS).

Segundo Andrade (2010, p. 26) todos esses grupos estavam inseridos no movimento estudantil catarinense de forma dispersa, mas com a fundação do PT, os estudantes começaram a formar grupos que, de forma organizada, disputavam os espaços de poder da universidade. Entretanto, os grupos de direita também cobi-



çavam tais posições, tornando-se grandes oponentes nas eleições de direção dos diretórios acadêmicos e grêmios presentes na UFSC.

A quantidade de alunos de direita da UFSC era significativa, muitos oriundos de correntes católicas. Esses estudantes ocasionalmente eram espiões dos militares, que os enviavam para inspecionar certas atividades, e delatavam qualquer colega que considerassem comunista. Eles inspiravam medo nos professores e alunos, que temiam que uma frase errada os colocasse na mira dos militares.

Na década de 70 despontava na UFSC um grupo de estudantes contra a ditadura que se organizou em um grupo de estudos chamado Sapiens Clube de Cultura (SCC), que viria a liderar alguns DAs e o Diretório Central de Estudantes (DCE). Seus membros inicialmente eram antigos associados ao MDB, que não tinham filiações com as correntes comunistas. Por não ser comunista, o grupo não foi reprimido, embora vigiado, e como estratégia para driblar o regime, em suas reuniões, nos grandes debates públicos que ocorriam, os representantes convidavam políticos à direita e à esquerda, única possibilidade de levar políticos de esquerda a falar na Universidade.

Sendo seu objetivo promover a cultura em Florianópolis, o SCC proporcionou diversas palestras de críticos da Ditadura em debates com apoiadores dela, para oportunizar discussões e não serem impedidos pelos militares. O grupo articulou um debate entre candidatos ao Senado em outubro de 1978, com Wilmar Dallanhol e Aroldo Carvalho representando a Arena, e Dejandir Dalpasquale e Jayson Barreto pelo MDB. Em relato de Lédio Rosa de Andrade, é descrito que o anfiteatro reuniu milhares de estudantes ansiosos em presenciar a contenda política e as repercussões desse momento:

Todos acompanharam um espetáculo de democracia e uma histórica surra política impingida por Jaison Barreto aos representantes da ditadura. Jaison, que era o candidato do grupo, firmou sua preferência entre os estudantes, conseguindo consolidar exatamente o resultado por nós desejado. Ele foi corajoso, discursou melhor, falou a língua do povo, verbalizou a angústia e a raiva das pessoas reprimidas, destruiu os argumentos dos representantes da ditadura e, com isso, foi aplaudido, efusivamente, em vários momentos, constangendo os adversários e cativando a juventude presente. Sua votação ao meio estudantil resultou estrondosa (2010, p. 59).

O debate foi noticiado e televisionado. Aos poucos o SCC conquistava grande importância na UFSC. O SCC continuou presidindo debates entre candidatos da Arena e MDB e conforme o grupo ganhava popularidade, chamava a atenção da ditadura civil-militar, que enviou um espião às reuniões. Após constatar que



não praticavam nenhuma atividade considerada comunista, e o grupo não sofreu consequências.

Segundo Léo Rosa de Andrade, um dos antigos membros ativos do grupo, em entrevista concedida acerca do SSC, o grupo era muito vigiado pela Ditadura e tinha que negociar os eventos. Eles foram o primeiro grupo a levar política para dentro da Universidade em todo o Brasil. A título de exemplo, houve a luta das “diretas já”. A grande figura que, num determinado período, a liderou, chamava-se Teotônio Vilela. O SCC o trouxe para a Universidade. Assim como o senador Paulo Brossard, que havia feito um apanhado de aproximadamente 100 páginas, acusativo à Ditadura, lido da tribuna do Senado. Esta, segundo Léo, foi, até então, a maior acusação jurídico-política contra a Ditadura.

Ainda de acordo com Léo, o que os interessava era dar voz à esquerda, e se a condição da Ditadura fosse, como era, que o debate também levasse à mesa alguém de direita, eles o fariam. Negociavam essa condição, sem a qual não haveria o debate, e acreditavam que o acontecimento que desse um espaço para a esquerda era fundamental numa época em que, mesmo nos debates políticos, não era permitido os candidatos falarem, mas sim apenas mostrarem a imagem e passarem um texto³.

Um dos líderes do grupo, Léo Rosa de Andrade, em 1978, foi escolhido como orador em sua formatura, onde diversas autoridades estavam presentes. Em tempos de ditadura, os discursos precisavam ser aprovados antes, Léo abandonou o texto escrito, modificou de improviso o seu discurso e proferiu críticas ao regime civil-militar. O representante da Marinha, e membro da Ditadura, virou a cadeira em que estava, pondo-se de costas para o público, e os estudantes temiam o que aconteceria seguidamente. Léo foi retirado da formatura pelo então deputado do MDB e depois desembargador Cid Pedroso, e não compareceu ao restante dela.

Também torna válido suscitar um dos maiores movimentos estudantis em território brasileiro. Ocorreu em novembro de 1979, todavia, desta vez, em oposição ao regime civil-militar. Tida por alguns estudiosos como uma “eclosão espontânea da multidão”, a nomeada Novembrada, foi uma revolta comovida pela força dos estudantes catarinenses na cidade de Florianópolis: “O protesto que ficou conhecido como a Novembrada, reivindicava desde a situação social de pobreza da população até os exorbitantes gastos para receber o presidente em Florianó-

³ Entrevista oral concedida por Léo Rosa de Andrade.



polis, e claro, a Ditadura Militar que se vivia no Brasil” (Silveira, 2013, p. 11).

Tendo iniciado através de um pequeno grupo de estudantes, a manifestação espalhou-se rapidamente e comoveu uma grande massa populacional. O governo, mantendo controle da mídia, omitiu informações acerca do fatídico dia, e estas só puderam ser melhor esclarecidas após o acontecimento. Antecedida por greves taxistas e uma intensa crise econômica que aplicava reajustes a todo momento, a marcha se estendeu até o Palácio Cruz e Souza, onde se encontrava o então presidente, João Figueiredo. Foi o dia em que diversas insatisfações foram proferidas pelo povo, cujo, por sua vez, foi às ruas numa explosão militante.

A Novembrada, desta forma, marca o momento em que os estudantes finalmente puderam exercer e reivindicar pelo que tanto lutavam, ao passo de convencer a população a protestar pelos seus direitos e de se estabelecer como um importante movimento estudantil que acarretou na ignição de vários outros movimentos e na dissolução de atos que impactaram Santa Catarina e o Brasil de forma generalizada.

3. DITADURA E ATUALIDADE

Mesmo após 39 anos, ainda reverbera através da memória popular (Zacchi, 2020, p. 1), dos partidos e palanques políticos, da arquitetura monumental, das paredes de estabelecimentos públicos, a herança, por alguns considerada maldita, dos 21 anos de ditadura civil-militar instaurados no território brasileiro. Tais tempos sombrios marcaram a identidade da nação e traumatizaram pessoas convivas da época pela extrema violência utilizada contra qualquer tipo de manifestação considerada vexatória ou de caráter duvidoso pela política de “moral e bons costumes” apreciada pelos militares e civis coniventes com um governo autoritário e conservador.

Alguns estudiosos afirmam que ainda hoje é possível perceber consequências e reflexos da Ditadura em âmbito político, econômico, cultural e social. Enquanto grupos de extrema direita assumem posições que exaltam os tempos ditatoriais, expressando um desejo que pede o retorno daquele estilo de governo autoritário, políticos alinhados a esse pensamento enaltecem figuras famosas por sua barbárie no período estudado, e utilizam dos mesmos como propaganda eleitoral, alimentando o antes citado anseio pela volta de um regime de força. O advogado Alcimor Aguiar Rocha Neto expressa seu terror referente a estes movimentos em um artigo da Revista Veja ainda em 2005:



Nos dias atuais as mesmas expressões encontram-se dentro dos discursos de governantes ora no Poder, o que nos leva a imensa preocupação. Não duvido que suas intenções sejam as mesmas, o que não quer dizer que seus meios para alcançar o mesmo fim sejam os mesmos. Tais meios são mais sutis hoje em dia - até porque nós brasileiros, hoje mais politizados, não permitiríamos o uso dos cruéis instrumentos de "persuasão" da época, assim como haveria grande possibilidade de interferência externa para que assim não ocorresse (Neto, 2005).

O entrevistado Léo Rosa (2024), quando questionado sobre a forma como se reverberam os tempos de ditadura no cotidiano atual, vai ao encontro de Alcimor em sua resposta, descrevendo que o curso da História não necessariamente determina de modo amarrado todo o futuro. Deste modo, a história não seria uma linearidade em que uma coisa vai se desdobrando necessariamente em outra. Contudo, sim, a Ditadura reverbera. E, sobretudo, ela reverbera no que se chama de saudosismo. Nas palavras do advogado: "Uma porção de gente que não viveu a ditadura tem saudade de uma ideia de ordem, de disciplina, de autoridade, de comportamento, de moral". Léo afirma sua preocupação com o número de pessoas que sentem uma espécie de saudade, uma nostalgia de coisas que a Ditadura supostamente cumpria, e que, na visão delas, deveriam ser cumpridas ainda hoje⁴.

O presente imaginário popular, deste modo, assume importante espaço quando analisadas as consequências e herança da ditadura, resistindo de forma nostálgica ou frustrada. Quando manifestado em grandes passeatas, em cartazes colados pela cidade, ou na "pichação" de monumentos históricos, representam um constante medo da prevalência dos grupos que defendem a Ditadura, demonstram incertezas e insatisfações políticas atuais e se tornam um dos principais meios de consulta e fonte da época do regime, levando em conta o trabalho realizado para manter o período em obscuridade:

Considerando o contexto pós-ditadura de redemocratização brasileira - compreendendo que o contexto catarinense também se insere neste panorama nacional -, resalto que políticas de esquecimento sobre o período foram instituídas por setores políticos e civis a partir de estratégias judiciais, institucionais e políticas, assim como a partir dos usos públicos do passado vigorosamente marcados por silenciamentos (Zacchi, 2020, p. 1).

Por esta via, quando observadas as expressões do pensamento popular delimitadas ao âmbito acadêmico da Universidade Federal de Santa Catarina, fica nítida a marca traumática deixada pela repressão excedida durante os 21 anos de ditadura. Ao longo de todo o espaço acadêmico, são frequentemente espalhadas

⁴ Entrevista oral concedida por Léo Rosa de Andrade.



mensagens de cunho contra ditatoriais e em favor da liberdade estudantil. Uma fotografia tirada de uma coluna, próximo ao Diretório Central dos Estudantes Luís Travassos, exemplifica de forma clara as formas com as quais se propagam tais manifestações.

Figura 1: Coluna preta coberta por cartazes em favor da liberdade estudantil e gravuras contra ditadura



Fonte: Acervo pessoal

O exposto trauma ganha força e o sentimento de aversão ao comportamento militar foi amplificado recentemente com a nova onda bolsonarista representando os ideais propagados pela Ditadura e, com a eleição para presidente da fonte de tal movimento, Jair Messias Bolsonaro, em 2018, o medo de que a perseguição aos estudantes voltasse a ser rotina no cotidiano brasileiro se tornou comum. Para o Doutor em Direito pela UFSC, Léo Rosa de Andrade (2024), perguntado sobre os impactos que seriam causados pela instauração de uma ditadura aos moldes da anterior, responde que a maior fração da população residente em Santa Catarina



festejaria o retorno do regime. Segundo o mesmo, há completa conexão entre o exibido desejo e a quantidade de votos em candidatos bolsonaristas nas cidades catarinenses:

Grande parte da população catarinense, cerca de 75%, isso é muito significativo. Tem cidade que é 90%. Elas votam em quem propôs ditadura que foi o Bolsonaro. Não que o Bolsonaro tenha declarado uma proposta de ditadura para o futuro, mas o Bolsonaro tinha um elogio à ditadura permanente. Agora, ocorre da possibilidade de uma ditadura? Não creio que seja possível. Assim como as pessoas pensam, com simplicidade, de “vamos fechar o Supremo” etc., porque há uma série de relações internacionais em que o Brasil está inserido e que não aceitariam. E teriam que ter todo o Exército empenhado, teriam que ter estruturas religiosas, também católicas, empenhadas, porque a classe social mais alta, que tem mais poder de influenciar, é católica, não evangélica; teria que ter suportes militares, suportes ideológicos. Não penso que haja clima para tanto⁵.

Da mesma forma que sentimentos como os supracitados permanecem vivos no imaginário da população, teóricos recentes afirmam que não muito mudou desde o fim da Ditadura. Mesmo os movimentos de redemocratização pós-1985 foram insuficientes para destrinchar todas as mazelas instituídas pela Ditadura e menos ainda recuperar o que foi perdido em âmbito sociocultural. Neste sentido, o povo brasileiro viveria uma espécie de ditadura velada, onde as agressões e repressões acontecem de formas sutis e mascaradas.

As continuidades da violência e da repressão ditatorial estão expressas de diferentes maneiras no tempo presente desde a redemocratização. Seja no fortalecimento do aparato militar da polícia, nas contínuas violências do Estado brasileiro, na sistematização de violências baseadas na humilhação, opressão e tortura como forma de controle dos corpos no sistema carcerário brasileiro, ou, ainda, no fortalecimento do discurso conservador e de extrema direita expressos no panorama político dos últimos anos (Zacchi, 2020, p. 2).

O artigo “Ditadura Recalcitrante?” (2020) reflete sobre as relações atuais estabelecidas entre governança, governabilidade e governados, além de fazer uma análise das instituições públicas e a forma como utilizaram seu poder em razão da morte do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Doutor Luiz Carlos Cancellier de Olivo.

Em 2017, o ex-reitor foi afastado do cargo durante os processos da Operação Ouvidos Mucos, dirigida pela Polícia Federal e que visava investigar desvios de verbas destinadas aos cursos de educação a distância ofertados pela Universidade

⁵Entrevista oral concedida por Léo Rosa de Andrade.



(G1, 2017). Na ocasião, Cancellier havia sido denunciado por tentativa de impedir que as investigações tivessem andamento, sendo preso e, 17 dias depois, cometendo suicídio.

Para os autores da obra supracitada, a tragédia, que poderia ter sido evitada, é culpa das organizações que aportavam a operação e demonstram os resquícios da ditadura internalizados no estado de Santa Catarina.

Infelizmente, não se trata de coincidência. A população brasileira se encontra sob outra ditadura, que igualmente incrimina e pune inocentes. O pavor do comunismo e da corrupção foi outrora pretexto para justificar a instalação da ditadura militar. O comunismo já foi desmistificado, com alguns governos de esquerda no Brasil, mas a corrupção atingiu patamares sem precedentes e continua a assombrar, novamente perpetrando a barbárie e equívocos em nome da Justiça (Soares *et al.*, 2020, p. 71).

A tragédia ocorrida com Luiz Carlos Cancellier, assim, escancara a fragilidade dos órgãos de justiça e segurança catarinenses e deixam evidente a necessidade de repensar a forma como a ligação com tais associações têm sido estratificadas para que nenhuma forma de ditadura se sobressaia sobre os direitos de civilidade e liberdade.

Hoje, depois de 60 anos desde o golpe que instaurou o regime ditatorial no Brasil, torna-se essencial a revisitação ao tema, tendo em vista que os impactos gerados a partir do regime de força se difundem no cotidiano de todo o Brasil e, principalmente, em estados que conservam lembranças tão contrastantes (positivas ou negativas) referentes ao período, como acontece em Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho realizou uma reflexão acerca do movimento estudantil catarinense durante os anos de vigor da ditadura civil-militar no Brasil. Sendo assim, após pesquisas e entrevistas, faz-se importante ressaltar que Santa Catarina sofreu tão grande impacto da Ditadura quanto outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Todavia, embora em menor magnitude, isso não impediu os estudantes do estado de se reunirem e constituírem movimentos de resistência ou de apoio.

Com epicentro na Universidade Federal de Santa Catarina, os movimentos estudantis catarinenses mostraram-se ativos. Mesmo escondidos, os alunos alinhados a partidos que representavam a esquerda articulavam-se e protestavam, seja em discursos de formatura ou levantando marchas como na Novembrada, tal qual



comentado pelo estudioso Léo Rosa na entrevista concedida.

Nem mesmo a força bruta, em Santa Catarina, protagonizada pelo espectro militar, pôde parar totalmente as manifestações dos contrários em tempos de medo e repressão. Ao mesmo passo, quando se veem reflexos de tal passado tortuoso ainda incidindo em instituições, exaltados por palanques políticos e rememorados por grupos coniventes aos ideais antidemocráticos anteriormente enfatizados. Conclui-se, portanto, que os movimentos estudantis têm extrema importância na construção da realidade atual da UFSC, influenciando até mesmo o pensamento da população do estado e moldando a história do mesmo.

REFERÊNCIAS

CMV. *Relatório Final da Comissão Memória e Verdade de abril de 2018*. Florianópolis: Acervo Memória e Direitos Humanos da UFSC, 2018.

DAUER, Gabriel Roberto. *Ditadura, mídia e universidade*. 2018. sedici.unlp.edu.ar, <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/149752>.

DE ANDRADE, Lédio Rosa. *Abaixo as Ditaduras: História do Movimento Estudantil Catarinense 1974 a 1981*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

DE SOUZA, Eliton Felipe. Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina. *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. São Paulo, n. 11, ano 7. 2016.

FERNANDES, Bruna Cardoso; GUIMARÃES, Geovan Martins. *Os reflexos da Ditadura Militar na região sul de Santa Catarina, com foco nos perseguidos políticos e na memória regional desse período*. Santa Catarina: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2021.

FILHO, Alcides Goularti. *Formação econômica de Santa Catarina*. Santa Catarina: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, 2007.

G1. Reitor da UFSC é encontrado morto em shopping em Florianópolis. São Paulo, 02 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/reitor-afastado-da-ufsc-e-encontrado-morto-em-shopping-em-florianopolis.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2024.

JÚNIOR, SÉRGIO LUIS SCHLATTER. *Ação Popular em Santa Catarina: uma história entre afetividades e militâncias*. Revista Santa Catarina em História. Florianópolis, v. 5, n. 2. p. 45-60, dez. 2011.

MORETTI, Serenito A. *Movimento estudantil em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1984.



ROCHA NETO, Alcimor Aguiar. Os reflexos do Golpe de 64 na política, economia e sociedade atual. Revista Veja, Fortaleza, v. 1847, p. 108, 31 mar. 2005. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/11008/os-reflexos-do-golpe-de-64-na-politica-economia-e-sociedade-atual>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVEIRA, Paola Vieira de. *Novembrada, revolta catarinense contra a Ditadura: das impressões do momento as interpretações posteriores*. Santa Catarina, Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina, 2013.

SOARES, Marcelo Negri; BRASIL, Isabela; BRAGA, Ellaysse. *Ditadura Recalcitrante? A Morte do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina*, Prof. Dr. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, Sob a Óptica dos Direitos da Personalidade. Extraprensa: Cultura e Comunicação na América Latina. São Paulo, v. 13, p. 60-73, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/issue/view/11558/1849>. Acesso em: 13 mar. 2024.

VARGAS, Mateus Bandeira. *As ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

VEDANA, Léa Maria Ferreira. *A educação em Santa Catarina nos anos 60*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

ZACCHI, Lara Lucena. *Políticas de Memória Sobre a Ditadura Militar Brasileira em Santa Catarina: a Comissão de Memória e Verdade da UFSC (CMV/UFSC)*. 2020. 11 f. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602125625_ARQUIVO_96a9e556d73eb92ade8b103c3caecdd9.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.